



# **ÍNDICE**

EQUIPA TÉCNICA	5
O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?	6
O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A S	UA
METODOLOGIA?	6
QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	7
QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PDMCP?	9
O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?	. 10
QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DE FCD?	os
QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?	
QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?	. 20
QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?	. 22
QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?	. 23



## **ÍNDICE DE FIGURAS**

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Castanheira de Pera na Região
Centro8
ÍNDICE DE TABELAS
Tabela 1 - Quadro de Referência Estratégico para AAE do PDMCP11
Tabela 2 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PDMCP.
13
Tabela 3. Relação entre fatores ambientais presentes na legislação e os fatores críticos
escolhidos na presente avaliação ambiental estratégica do plano
Tabela 4 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.
14
Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento
Regional e Competitividade
Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Conservação da Natureza
Tabela 7 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas 18
Tabela 8 - Análise no âmbito do FCD Riscos Ambientais e Tecnológicos
Tabela 9 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica
Tabela 10 - Sumário das diretrizes de seguimento
SIGLAS
AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
ERAE - Entidades com Responsabilidades Ambientais Especificas
FA – Fatores Ambientais
FCD – Fatores Críticos de Decisão
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
PDM – Plano Diretor Municipal
QE – Questões Estratégicas





### **EQUIPA TÉCNICA**

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera encontra-se a cargo da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., sob a coordenação da Dra. Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício de avaliação, a AAE envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

Joana Valente | Coordenação

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

Lin Xumiao | Técnica

Formação:

- · Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

### O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que acompanha o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O RNT sintetiza, em linguagem corrente, as principais informações que se encontram no RA. Isto no sentido de simplificar a participação pública relativamente aos planos e programas sujeitos a AAE.

O presente documento constitui o RNT do processo de AAE da proposta da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor de Castanheira de Pera.

# O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

De forma geral, a AAE tem como principais objetivos estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Uma AAE integra as seguintes fases:

1<sup>a</sup> Fase

 Definição do âmbito da avaliação ambiental a realizar e determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.

2ª Fase

Elaboração do relatório ambiental (inclui a proposta do plano a apresentar na conferência de serviços) e consulta pública.

3ª Fase

 Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental.

4ª Fase

• Seguimento e monitorização do plano.

O processo desta AAE, reporta-se essencialmente, à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização da 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Castanheira de Pera possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

## QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da presente avaliação ambiental estratégica incide sobre os propósitos da 2ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, A estratégia e os objetivos estabelecidos no âmbito da 1.ª revisão continuam válidos e pertinentes, e o Município não pretende, com esta alteração, uma mudança da estratégia ou uma revisão global, mas somente uma oportunidade de os melhorar e tornar mais ajustados à realidade territorial atual.

O concelho de Castanheira de Pera é um dos 16 Concelhos do Distrito de Leiria, localizado a Norte, e é composto por 2 freguesias: Castanheira de Pera e Coentral, com uma superfície de cerca de 67 km2. O Concelho é confrontado a norte pelos concelhos de Lousã e Góis, a este pelo concelho de Pedrógão Grande e a oeste pelo concelho de Figueiró dos Vinhos (figura seguinte).

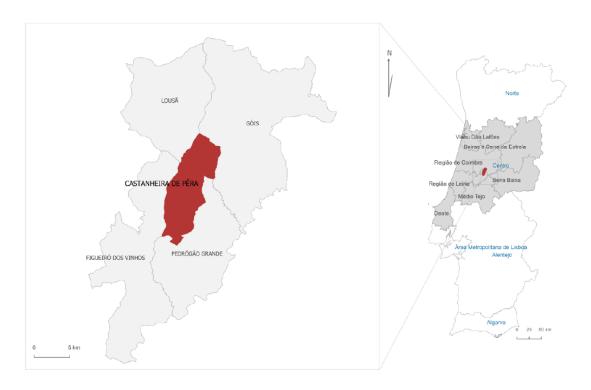


Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Castanheira de Pera na Região Centro.

FONTE: CAOP, 2011 e CAOP, 2018.

Em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT), o Município se enquadra na da Região Centro – NUT II e enquanto sub-região – NUT III Região de Leiria, que corresponde à Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria (CIMRL), da qual fazem parte os municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Neste contexto, o território municipal encontra enquadramento nestas sinergias locais e regionais e nas relações entre os territórios que compõem a Região de Leiria, assim como, os que são seus territórios vizinhos.

O PDM em vigor, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/94, de 20 de Setembro, foi submetido à 1.ª Revisão atendendo ao facto de durante o seu período de vigência se terem identificado problemas que " decorreram naturalmente da transição de uma situação e gestão, para outra em que se definiram regras de ocupação e uso do território municipal" ou "de alguns erros ou imprecisões do atual PDM" das quais se destacam: "Cartografia de elaboração do Plano à escala 1/25000 o que não permite uma boa leitura e, consequentemente, uma boa gestão do Plano; Discrepância entre a planta de ordenamento e de condicionantes; Zonas de povoamento dispersas e de aglomerados não considerados como tal, tendo ficado inseridos noutras classes de espaços; Limites de áreas de povoamento disperso e de perímetros urbanos desfasados da situação real; Em algumas classes de espaço, alguns dos parâmetros

urbanísticos tem-se revelado desajustados ao tipo de ocupação prevista no plano" (Aviso da Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera).

Assim, a 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera aprovada em Assembleia Municipal de 29 de junho de 2015 e foi publicado mediante Aviso n.º 11673/2015, de 13 de outubro, Diário da República n.º 200, 2.ª Série, e que foi posteriormente alterado através de decisão da Assembleia Municipal de 13 de setembro de 2019, publicada mediante Aviso n.º 17281/2019, de 28 de outubro, Diário da República n.º 207, configura o disposto no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT.

A 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera visa dar cumprimento a uma norma legal, mais concretamente o artigo 199.º do RJIGT. Paralelamente, aproveitar-se-á a oportunidade para proceder a pequenas alterações/correções decorrentes de situações detetadas ao longo do período de vigência do mencionado Plano.

situações detetadas ao longo do período de vigência do mencionado Plano.

Assim, e sucintamente, a presente alteração incidirá sobre os seguintes aspetos:

- Adaptação da terminologia de solo rural para solo rústico, dando cumprimento ao disposto no artigo 199.º do RJIGT;
- Adaptação dos critérios de classificação e qualificação do uso do solo, de acordo com o
  estabelecido no Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, nomeadamente a reavaliação do
  solo urbanizável e atualização da designação dos espaços (espaços residenciais que
  passam a designar-se de espaços habitacionais);
- Atualização da cartografia referente às áreas percorridas pelos incêndios, risco de incêndio e outras condicionantes;
- Clarificar o regime de edificabilidade referente aos empreendimentos turísticos;
- O âmbito de aplicação da presente alteração incidirá sobre o regulamento e as demais peças desenhadas que compõem o Plano Diretor Municipal.

### QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PDMCP?

Os objetivos da 2ª Alteração da Revisão do PDM de Castanheira de Pera permanecem as mesmas do PDM em vigor. São elas:

- Aumentar a competitividade económica do Concelho, através do reforço dos espaços destinados às atividades económicas;
- Reforçar a centralidade da vila de Castanheira de Pera;
- Reforçar a rede de complementaridades dos aglomerados urbanos;
- Contrariar o isolamento dos aglomerados rurais, promovendo a equidade territorial, com níveis de serviço às populações e acessibilidades qualificadas;

- Promover a qualificação e contrariar o despovoamento do solo rural;
- Manter e requalificar espaços com vocação privilegiada para o recreio e lazer associado à valorização do património arquitetónico, arqueológico e natural, com o intuito de potenciar, a nível económico e turístico a individualidade do Concelho, preservando a sua memória coletiva;
- Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal, através da promoção da sustentabilidade do solo rural, contribuindo para a sua revitalização económica e social;
- Prevenir e minimizar riscos ambientais;
- Reforço das acessibilidades internas e com o município vizinhos.

Os objetivos estratégicos apresentados foram sintetizados em Questões Estratégicas (QE). As QE são aquelas que expressam a intenção de elaboração do Plano. Sã elas:

QE 1: Coesão E Afirmação Territorial

QE 2: Atratividade E Inovação Económica

QE 3: Qualificação E Regeneração Urbana

QE 4: Sustentabilidade Ambiental

QE 5: Património Natural

As Opções Estratégicas identificadas para no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera integram as dimensões Ambiental, Económica e Social, consideradas as dimensões base do Desenvolvimento Sustentável

### O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO - FCD?

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

Verificada a relevância dos FCD selecionados no âmbito da revisão da 1ª PDMCP, e uma vez que no âmbito de este Relatório estamos perante uma Alteração, optou-se por manter os FCD definidos para a Avaliação Ambiental Estratégica da 1ª Revisão do PDMCP. São eles:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Conservação da Natureza
- Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas
- Riscos Naturais e Tecnológicos

# QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, as componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação do plano foram os seguintes:

- Questões estratégicas (QE) da proposta alteração mantêm-se como opções estratégicas referidas anteriormente.
- 2. Instrumentos de referência estratégica (estratégias, planos, políticas e programas):

Tabela 1 - Quadro de Referência Estratégico para AAE do PDMCP.

Instrumento de referência Nacional	Acrónimo
Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	ENCNB2030
Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2030	PNEC
Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2020	PEAASAR 2020
Plano Estratégico para os Recursos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)	PERSU 2020+
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+	PETI3+
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR2020
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Rodoviário Nacional	PRN2000

Plano de Ação para a Economia Circular  Estratégia Nacional para a Habitação  ENH  Plano de Desenvolvimento Rural do Continente  PDR 2020  Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas  ENAAC  Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação  PANCD  Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética  PNAEE  Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal  Estratégia Turismo 2027  ET2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT - C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  PMDFCI  Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios  PMDFCI	Roteiro para a Neutralidade Carbónica	RNC			
Plano de Desenvolvimento Rural do Continente  Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas  ENAAC  Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação  PANCD  Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética  PNAEE  Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal  Estratégia Turismo 2027  ET2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT - C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  PGRH-RH5	Plano de Ação para a Economia Circular	PAEC			
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas  ENAAC  Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação  Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética  PNAEE  Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal  Estratégia Turismo 2027  ET2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  PGRH-RH5	Estratégia Nacional para a Habitação	ENH			
Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação PANCD Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal Turismo2020 Estratégia Turismo 2027 ET2027 Política Nacional de Arquitetura e Paisagem PNAP Convenção Europeia de Paisagem CEP Programa Nacional para a Coesão Territorial PNCT  Instrumentos de referência Regional Visão Estratégica para o Centro 20/30 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral PROF-CL Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011) PROT – C Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste PGRH-RH5	Plano de Desenvolvimento Rural do Continente	PDR 2020			
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética  Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal  Estratégia Turismo 2027  ET2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  PGRH-RH5	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC			
Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal  Estratégia Turismo 2027  ET2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT - C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD			
Estratégia Turismo 2027  Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  PNAP  Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE			
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal	Turismo2020			
Convenção Europeia de Paisagem  CEP  Programa Nacional para a Coesão Territorial  PNCT  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Estratégia Turismo 2027	ET2027			
Programa Nacional para a Coesão Territorial  Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  VEC2030  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem	PNAP			
Instrumentos de referência Regional  Visão Estratégica para o Centro 20/30  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Convenção Europeia de Paisagem	CEP			
Visão Estratégica para o Centro 20/30  Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Programa Nacional para a Coesão Territorial	PNCT			
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral  PROF-CL  Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  Instrumentos de referência Municipal	Instrumentos de referência Regional				
Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)  PROT – C  Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste  PGRH-RH5  Instrumentos de referência Municipal	Visão Estratégica para o Centro 20/30	VEC2030			
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste PGRH-RH5  Instrumentos de referência Municipal	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF-CL			
Instrumentos de referência Municipal	Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão maio/2011)	PROT – C			
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PGRH-RH5			
Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios PMDFCI	Instrumentos de referência Municipal				
	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	PMDFCI			
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera	PMEPC			

### 3. Fatores ambientais (de acordo com o estipulado pela legislação):

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do plano de pormenor em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos seguintes fatores ambientais.

Tabela 2 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PDMCP.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	x
Fauna	x
Flora	X
Património Cultural	х
Atmosfera	x
Água	X
Solo	X
Fatores Climáticos	х
Paisagem	х
Bens Materiais	х
População	x
Saúde Humana	х

Nas tabelas seguintes apresentam-se o alinhamento entre os FCD definidos os FA e os documentos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE). Sem prejuízo da existência de demais relações, apresentaram-se aquelas com maior alinhamento.

Tabela 3. Relação entre fatores ambientais presentes na legislação e os fatores críticos escolhidos na presente avaliação ambiental estratégica do plano.

FA FCD	Biodiversidade	Fauna	Flora	Património Cultural	Atmosfera	Água	Solo	Fatores Climáticos	Paisagem	Bens Materiais	População	Saúde Humana
Ordenamento do												
Território,												
Desenvolvimento									Х	Х	Х	
Regional e												
Competitividade												
Conservação da	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х			Х
Natureza	^	^	^	^	^	^	^	^	^			^
Qualidade												
Ambiental e	X	×	×		×	X	×	×			×	x
Alterações	Χ	^	^		^	Α .	^	^			^	^
Climáticas												

Riscos Naturais e	Х		Х	Х	Х	Х	Х	Х
Tecnológicos								

Tabela 4 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.

FCD	Objetivo	QE	FA	QRE
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade intra-concelhia.	<b>QE1</b> ; QE2; QE3	população; solo; bens materiais; património cultural	PRR; PNPOT; PNEC; PETI3+; PRN; RNC; PNCT; PDR2020; PROT; PROF- CL; NGPH; RNC; PAEC; ENH; PDR2020; PNAEE; PROT; Turismo2020; VEC2030
Conservação da Natureza	Avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na conservação da Natureza e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.	QE4; <b>QE5</b>	biodiversidade; saúde humana; fauna, flora; solo; água; atmosfera; paisagem	ENDS; ENCNB2030; PSRN2000; PDR2020; ENAAC; PANCD; PNAP; CEP; PROF; PGBH; PNCT
Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	Avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.	<b>QE4</b> ; QE5	biodiversidade; população; saúde humana; fauna; flora; solo; água; atmosfera; fatores climáticos; paisagem	PRR; ENDS; PNEC; PNUEA; PENSAAR2020; PERSU2020+; PGRH; ENAR2020; PNA; RNC; ENAAC; VEC2030
Riscos Naturais e Tecnológicos	Permite avaliar o contributo do Plano para a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos que ocorrem no território concelhio.	QE3; QE4; QE5	população; saúde humana; água; atmosfera; fatores climáticos; bens materiais	PRR; PNEC; RNC; PAEC; ENAAC; PANCD; PNAEE

# QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?

De seguida apresentam-se análise de oportunidades e riscos por FCD onde se identificam os pontos positivos e negativos da alteração do plano.

Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Domínios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
		Envelhecimento e diminuição da população residente.
	Melhoria do estado de ordenamento do território, que para além de dar cumprimento aos instrumentos dispostos pela lei em vigor, contribuirá para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico.  Área florestal com grande importância a nível económico e natural.	-
	Possibilidade de promover e incentivar a atividade agrícola de complementaridade em áreas de cariz mais rural.	Tendência para o abandono das práticas agrícolas.
Ordenamento do Território	Aproveitamento dos espaços de interesse natural para o desenvolvimento de percursos que promovem a sustentabilidade ambiental e uma melhoria da qualidade de vida das populações	Risco de degradação dos espaços naturais, pelo que devem ser implementadas medidas de proteção e conservação, como limpeza regular, sinalização dos percursos, uso de materiais sustentáveis, entre outros.
		A proximidade a esses centros pode representar um risco para fixação população do concelho.  Tendência de desertificação dos aglomerados populacionais mais isolados.
	No programa de execução estão inscritas várias obras a realizar, nomeadamente: na Praia das Rocas, a requalificação do espaço público da Alameda das Rocas, do Talude e da zona envolvente. Destaque também para a Requalificação do Largo	Risco de não melhoria do Ordenamento caso as medidas previstas não sejam executadas.

Domínios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
	Herlander Machado para servir de apoio aos investimentos realizados no Coentral no âmbito do Turismo e da Envolvente do Poço Corga, a criação do Parque Verde do Concelho numa zona subaproveitada da Vila de Castanheira de Pera, dos Bairros Comerciais Digitais que pretendem digitalizar e inovar o comércio do Centro Histórico da Vila, bem como a Renovação, Beneficiação e Requalificação do espaço do Santo António da Neve, zona emblemática do Município.	
	Aumento de empresas com sede no município.  Diminuição da taxa de desemprego	
Competitividade	No Programa de execução estão inscritas requalificações dos Pavilhões Empresariais da Terserra, da Barros III e da Retorta, bem como de outros imóveis da Ribeirapera. Já no âmbito da energia, a autossuficiência energética da Ribeirapera é uma prioridade.	
e Desenvolvimento Regional	Melhoria dos espaços públicos e a consequente melhoria da qualidade de vida.	
	Localização estratégica no espaço de intermediação / espaço charneira: transição Norte / Sul – Litoral / Interior.	A proximidade aos grandes centros urbanos pode representar uma maior competição pelos investimentos.
	Oportunidade de qualificar os espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados nas áreas de atividades económicas	

Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Conservação da Natureza

Domínios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
	Integração no Sítio de Interesse Comunitário – Serra da Lousã (PTCON0060), um património natural de reconhecido valor.	Inexistência de um plano de gestão para a áreas classificada.  A debilidade na divulgação e promoção do património natural.
Áreas		Ocorrência de habitats naturais de elevada importância para a conservação da biodiversidade requerem uma gestão adaptada às suas características, onde devem ser acauteladas a especificidade do ecossistema existente.
Classificadas	No Programa de execução está definida criação de Áreas de Integração de Gestão da Paisagem (AIGP)	A falta de ações de conservação e do habitat e das espécies com estatuto de proteção constituem um risco para o património natural existente no Concelho.
	No âmbito do Programa de Execução estão previstas ações de prevenção e controlo de espécies invasoras, assim como ações de prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos.	
	Existência de um Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	Inexistência de zonas de intervenção florestal pode constituir um obstáculo à gestão adequada e eficiente dos espaços florestais, bem como a infraestruturação do território de acordo com o PMDFCI.
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	Os percursos temáticos, alguns por entre a paisagem natural do concelho, constituem uma oportunidade e um ponto forte do Concelho, uma vez que para além de contribuir para melhoria da qualidade de vida dos munícipes, é igualmente uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo de natureza.	O aumento da atividade turística pode implicar deterioração do espaço florestal, havendo ainda a possibilidade de descarte do lixo fora do local de recolha. Assim, é importante a sensibilização da população, sinalização, instalação de pontos de recolha e manutenção periódica das infraestruturas existentes.
	No Programa de execução está prevista a criação e a gestão de Faixas de Gestão de Combustíveis e de Aceiros e Caminhos	

Tabela 7 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

Domínios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
	Quantidade de resíduos recolhidos por habitante no Município é inferior àquela verificada nas NUTS em que o mesmo se insere, assim como a nível nacional.	Tendência crescente da produção de resíduos urbanos.
Resíduos	Uma elevada taxa de valorização orgânica dos RU no Concelho.	Taxa de reciclagem muito baixa e uma percentagem significativa de RU com destino a aterros, serão necessárias mais medidas de incentivo e sensibilização, de forma a melhorar esses indicadores.
	Qualidade das massas de água boa.	
Água	No programa de execução estão definidas ações com impactes positivos nos recursos hídricos: Requalificação de sistemas de saneamento (APIN), a reabilitação e valorização da Ribeira de Pera, bem como a reabilitação e requalificação do Ecossistema Ribeirinho.  Toda população é servida pelo sistema de abastecimento de água. Por outro lado, alojamentos servidos por sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais situa-se nos 87%. Oportunidade de reforçar a rede de drenagem de águas residuais e pluviais.	Perdas significativas no sistema de abastecimento de água, pelo que devem ser adotadas medidas de redução dessas perdas.
Ruído	Cerca de 90% da população encontra-se em zonas sensíveis, não havendo registo de queixas devido a ruído.	Aumento do tráfego rodoviário pode acarretar aumento da poluição sonora.
Ar	Boa qualidade do ar.	O aumento do tráfego rodoviário pode ter implicações quanto à emissão de poluentes atmosféricos.
Energia	Produção de energia através de recursos renováveis (eólica e hídrica).	

Tabela 8 - Análise no âmbito do FCD Riscos Ambientais e Tecnológicos

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
		Percentagem significativa do território com alto e muito alto risco de ocorrência de fogos florestais.
	PMDFCI atualizado.	PMEPC desatualizado
Incêndio		O concelho foi fortemente afetado pelos incêndios de 2017.
	Os meses de verão são um risco para o surgimento dos incêndios no concelho, devido a temperaturas elevadas e ao clima seco do Concelho.	
	O PDM é atualizado tendo em conta o disposto no PROF-CL, nomeadamente acrescentando as servidões associadas a recursos florestas; árvores e povoamentos de interesse público.	
Cheias	Oportunidade de aumentar a rede de drenagem de águas pluviais.	Existe situações de cheia pontuais no concelho.  As áreas onde têm uma maior suscetilidade a cheias encontram-se demarcadas, pelo que os agentes de proteção civil e Serviço Municipal de Proteção Civil devem monitorizar nos dias de precipitação intensa, com vista à emissão de alertas e, ao mesmo tempo, intervir de forma eficaz em ações de socorro e ou proteção.  PMEPC desatualizado.
Erosão	Paisagem diversificada, coexistência de florestas, montanhas, albufeiras e praias fluviais.	Elevado risco de erosão nas zonas montanhosas, onde os declives variam entre 11 e 20%.
Acidentes industriais	Os registos de acidentes desta tipologia são essencialmente incêndios de pequenas dimensões, facilmente controlados.	Dada a inexistência de estabelecimentos abrangidos pelo DL 150/2015, de 5 de agosto, o risco de ocorrer acidentes envolvendo substâncias perigosas tornase mais moderado, pois apesar disso, existem ainda unidades industriais com probabilidade de provocar acidentes com alguma gravidade, como incêndios.

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Sismicidade	Baixa probabilidade de ocorrência de sismos de grande magnitude (8 na escala de Mercalli).	Grande parte do território do Concelho possui uma classe de suscetilidade elevada a sismos.

# QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Tabela 9 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.

FCD	Critérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Ordenamento do Território,	Ordenamento do Território		<b>→</b>	7
Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional		<b>→</b>	Я
Biodiversidade	Áreas Classificadas  Gestão, Conservação e  Valorização da Floresta		<b>*</b>	a
Qualidade Ambiental e	Resíduos Água		<b>→</b>	7
Alterações Climáticas	Ar		<b>*</b>	<b>→</b>
	Ruído		<b>→</b>	<b>→</b>

	Energia	<b>→</b>		<b>→</b>
	Incêndio	<b>→</b>		7
Riscos Naturais e	Erosão	<b>→</b>		7
Tecnológicos	Cheias	<b>→</b>		7
	Acidentes Industriais	<b>→</b>		<b>→</b>
	Sismicidade	<b>→</b>		<b>→</b>
Situação Existente				
(distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	dos objetivos ejáveis	Pró	xima dos objetivos desejáveis
	<b>4</b>	<b>→</b>		7
Tendências de evolução	Negativa	alteração ificativa		Positiva
- Coluyuo	Afastamento dos objetivos e metas			Aproximação aos objetivos e metas

# QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?

Considerando as oportunidades e riscos identificados na seção anterior, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas a cada um dos FCD:

Tabela 10 - Sumário das diretrizes de seguimento.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Garantir a execução das medidas previstas na revisão e alteração do PDM  Nas intervenções de qualificação urbana, promover a acessibilidade a todos  Nas intervenções de qualificação urbana, promover a construção de estruturas que permitam a mobilidade ativa e sustentável  Promover a intermodalidade
Conservação da Natureza	Realizar Plano de Gestão das áreas Classificadas Promover ações de identificação e remoção de espécies invasoras Promover o estabelecimento de Zonas de Intervenção Florestal
Qualidade Ambiental e alterações climáticas	Aumentar a rede de drenagem de águas residuais Aumentar a rede de drenagem de águas pluviais tendo em conta as previsões de aumento de eventos extremos Garantir o encaminhamento das águas residuais para unidades de tratamento com licenças de descarga atualizadas Nas intervenções de qualificação urbana manter, quanto possível, a maior área impermeabilizada possível Aumentar a taxa de recolha seletiva de RU Aumentar a reciclagem e valorização de resíduos, diminuindo a deposição em aterro Investir na monitorização das perdas de água na rede de abastecimento de modo a diminuir as perdas neste sistema.

Risco Naturais e Tecnológicos	Manter o PMDFCI e PMEPC atualizados
-------------------------------	-------------------------------------

#### **QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?**

A proposta do PDM desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Castanheira de Pera.

# lugar do plano gestão do território e cultura, lda

Avenida Araújo e Silva, 52 3810-048 Aveiro

+351 234 426 985 +351 962 054 106

www.lugardoplano.pt